

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA

EMANUELA SILVA CÁCERES

**ESCUTA, AMOR E RESISTÊNCIAS NAS TELAS:
A LUTA DE MULHERES INDÍGENAS NO DOCUMENTÁRIO
KUNÂ PORÃ: Matriarcas Kaiowá e Guarani" (2012)**

Campo Grande, MS

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA

EMANUELA SILVA CÁCERES

**ESCUTA, AMOR E RESISTÊNCIAS NAS TELAS:
A LUTA DE MULHERES INDÍGENAS NO DOCUMENTÁRIO
KUNĀ PORĀ: Matriarcas Kaiowá e Guarani" (2012)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de História da Faculdade de Ciências
Humanas, da Fundação Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul, sob orientação do Professor
Doutor Fábio da Silva Sousa.

Campo Grande, MS

2025

“A luta das mulheres indígenas é também uma luta pelo território, porque o nosso corpo é a primeira terra que aprendemos a cuidar.”

- Célia Xakriab

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me dar a vida, me amparar, abençoar e dar força ao longo da trajetória acadêmica.

Agradeço aos meus pais, que desde o início da graduação, fizeram questão de comunicar, com muito orgulho, a todos que pudessem, que teriam uma filha historiadora. Ao meu pai Josué, que sendo meu maior exemplo de força, me ensinou a amar a vida como ele ama, sua fé em mim me encoraja e me faz continuar. À minha mãe, Elizete, por ser meu exemplo de criatividade e dedicação, e que me ensinou desde muito nova a importância da educação.

À minha irmã Alice, que mesmo muito pequena, sem ter conhecimento, foi responsável muitas vezes pela distração e carinho em momentos extremamente difíceis. A Natalia, minha prima e quase irmã, que acreditou em mim em momentos que nem eu acreditava.

Ao meu admirável companheiro de vida Rodrigo, por toda paciência, carinho, incentivo e compreensão aos momentos de ausência.

Aos meus familiares que de alguma forma fizeram minha formação ser possível; minha avó Ana Maria, meu avô Solano Dionísio e meu tio Éser.

Ao meu orientador Fábio, pelo esforço, dedicação, incentivo e tempo que foram destinados à produção do presente trabalho.

À banca examinadora por aceitar o convite, contribuindo para a minha formação profissional. Em especial, agradeço a professora Dilza Porto por todos os conselhos e inspiração.

Aos docentes do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, dos quais tive oportunidade de ser aluna; aos meus colegas e amigos formados ao longo dessa caminhada, em especial Germano e Marcelo.

A todos os meus amigos, pelo suporte e pelos momentos de lazer quando necessário.

Enfim, expresso minha gratidão a todos que me acompanharam ao longo dessa jornada, oferecendo incentivo, força e coragem que me permitiram superar os desafios e alcançar essa conquista.

Resumo:

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo realizar a análise do documentário “*Kunã Porã: Matriarcas Kaiowá e Guarani*” (2012), dirigido por Fabiana Fernandes e Daniela Jorge João, como instrumento de visibilidade e resistência das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá. A pesquisa parte de uma reflexão sobre ancestralidade e pertencimento, buscando compreender as formas de resistência, territorialidade e identidade dessas mulheres no contexto das comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul. A obra audiovisual é interpretada como um espaço de escuta e amor, no qual a luta feminina se revela na preservação do modo de vida, na defesa do corpo-território e na manutenção da vida comunitária. A análise adota uma perspectiva decolonial e metodologicamente se apoia na análise documental e audiovisual, evidenciando o papel das mulheres como agentes centrais na sustentação cultural, espiritual e política de seus povos. Dessa forma, o estudo contribui para o fortalecimento das narrativas indígenas e para a valorização das epistemologias femininas originárias, que desafiam a colonialidade e reafirmam a autonomia e a dignidade das mulheres Guarani e Kaiowá.

Palavras-chaves: Mulheres indígenas; Guarani e Kaiowá; Resistência; Corpo-território; Documentário; Identidade.

Lista de Ilustrações

Figura 1 - Menina indígena em uma casa de madeira, marcando o início do documentário.....	21
Figura 2 – Alda da Silva em sua tekoha.....	22
Figura 3 – Matriarca ensinando a fazer a alimentação	23
Figura 4 - Movimentação de retomada organizada por mulheres Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul.....	26
Figura 5 - Matriarca indígena realizando o Ñembo’e.....	28

SUMÁRIO

1. Introdução.....	8
2. Capítulo 1: História Indígena: cultura e identidade	11
3. Capítulo 2: O documentário “Kunã Porã: Matriarcas Guarani e Kaiowa”	20
4. Considerações parciais	29
5. Referências	31

1. Introdução

Durante a graduação em História sempre houve grande admiração e curiosidade sobre a temática indígena. Uma das motivações para tal curiosidade seria uma história pessoal e familiar de Theodora Martínez, de etnia Guarani. Theodora era conhecida por seu conhecimento de cura de doenças com ervas e ritos religiosos, sua passagem teve final breve e violento quando, vítima de feminicídio foi assassinada a facadas pelo seu esposo em 1960. Após sua morte ficou conhecida como feiticeira, comentada como lenda urbana nas regiões rurais de *Pedro Juan Caballero*.

Apesar de uma memória associada a termos pejorativos, a história dela permanece presente na região, podemos apontar e observar a importância da História Oral nesse contexto através da peça teatral “*El HECHIZO: Historia de Teodora Martinez la Medica'i*” exibida na *Casa del Teatro Edda de los Ríos*, em *Asunción*, no *Paraguay*, baseada em relatos populares segundo o produtor e diretor Sasha Cardona.

Minha trajetória se cruza com a de Theodora quando ela deu à luz a seu primogênito, meu avô, em 1950. Nascido em território Indígena Guarani, aos dez anos de idade ele foi separado de seus irmãos e enviado para uma Redução Salesiana em *Asunción*. Após um longo período nessa comunidade as únicas heranças e memórias culturais indígenas deixadas foram a linguagem guarani e o pouco conhecimento em chás curandeiros, herança essa que foi cada vez mais apagada nas futuras gerações familiares.

Ao ter contato com a universidade e a História Indígena tornou-se evidente que o pertencimento e ancestralidade indígena são extremamente complexos e individuais. Ao longo da graduação compreendi que a memória está além da questão genética, está entrelaçada com os saberes, a língua, o modo de vida, a espiritualidade e principalmente a identidade, e foi através da percepção do esquecimento dessas raízes que emergiu a principal motivação para a escrita do texto presente.

Dessa forma, buscando compreender uma questão individual e familiar, surgiu o propósito de evidenciar e compreender a luta e a resistência de mulheres indígenas Guarani e Kaiowá que assim como minha bisavó, passam por diversos tipos de violência, como o abuso sexual, o espancamento, o desalojamento, o feminicídio e o genocídio.

O documentário “*Kunã Porã: Matriarcas Kaiowá e Guarani*” (2012), dirigido por Fabiana Fernandes e Daniela Jorge João busca retratar a resistência dessas mulheres evidenciando seus papéis dentro de suas comunidades, sendo elas anciãs, parteiras, rezadoras, artesãs, agentes de saúde e professoras, destacando a importância da presença indígena feminina na sustentação da vida nas aldeias e comunidades de Mato Grosso do Sul e na construção de um futuro que reforça e identidade e a territorialidade Indígena.

A compreensão de territorialidade para as mulheres indígenas está relacionada a sua própria existência e corpo. Lopes (2024) levanta a interpretação de que cada corpo é capaz de produzir territorialidade de acordo com o espaço social, histórico e geográfico no qual ele se encontra, trazendo o conceito de corpo-território, onde na luta Indígena essa corporalidade está conectada a um contexto social de resistência visto que existir e reproduzir no caso de mulheres Indígenas já é uma forma de resistir sobre a colonialidade violenta presente na vida dessas pessoas, sendo assim, “pensar o território-corpo, que abarca em si uma multiplicidade de corpos-territórios, só é possível a partir de epistemologias e cosmovisões que não veem o homem como cindido da natureza” (Lopes, 2024, p. 11).

É possível observar a troca entre os povos Guarani e Kaiowá a partir de características semelhantes como a religiosidade, citada por Condado (2017), observando a semelhança da mitologia que entende que o centro do mundo e a origem dos humanos está no território dessas etnias, reforçando uma relação profunda e intrínseca com a *tekoha*, dessa forma compreender a identidade Guarani e Kaiowa é compreender a territorialidade como o próprio corpo, podemos assimilar essa análise com a levantada por Lopes (2024) no conceito de corpo-território, principalmente quando de trata de mulheres indígenas, onde a violação territorial e corporal é constante.

O documentário “*Kunã Porã: Matriarcas Kaiowá e Guarani*” (2012) inicia com a fala de Alda da Silva, *Nhandesy* Kaiowá, com a fala “nós mulheres somos mães de todos, e estamos lutando para reivindicar a nossa mãe, a Terra!”, a fim de firmar a importância da terra, a *Nhandesy* informa ao telespectador que a terra é o que a mantém viva, produz a comida e dá a educação para as crianças da comunidade.

Diante desse contexto, surge a questão principal do texto presente, discutir o protagonismo de mulheres Guarani e Kaiowá na luta territorial, na vivencia dentro das comunidades indígenas com seu papel social, na vivencia fora das comunidades como mulher

e como indígena dentro de uma sociedade que reproduz conceitos ocidentalizados sobre o corpo feminino, sobre o trabalho e sobre a terra como a principal fonte de produção voltada ao capital.

O documentário auxilia a compreensão dessa temática, nos fazendo questionar os estigmas em volta desse grupo étnico e social historicamente tão complexo, observando que a marginalização, a opressão e a vulnerabilidade está presente na vivencia e no cotidiano dessas mulheres.

A obra audiovisual tratada no presente texto busca a visibilidade e a demonstração da relação dessas mulheres com a territorialidade, enfatizando a relevância dessa pesquisa para contribuir com debates sociais sobre os direitos de mulheres indígenas, fortalecendo uma luta coletiva de resistência de seus modos de vida e de seus territórios.

A escolha desse tema como citado no início da obra, reflete uma questão pessoal, o interesse em compreender o esquecimento dessas raízes dentro de um contexto familiar foi responsável por ampliar o interesse nas temáticas indígenas, buscando uma visão decolonial sobre minhas origens, e aproveitando o acesso ao campo acadêmico para fortalecer as perspectivas e narrativas de mulheres, dessa forma partilho e me identifico com a afirmação de Candado no trecho:

As pesquisas a partir dos olhares indígenas evidenciam a participação da escola na construção de suas identidades. Não raro, os professores afirmam que as escolas que frequentaram os afastaram do modo de ser indígena. Esse processo de afastamento aconteceu de várias formas: desde a desvalorização da língua materna (língua falada na família) frente à língua portuguesa, com as proibições de falar a língua indígena, até a desvalorização e a reprovação dos conhecimentos indígenas, desqualificando a partir da lógica do certo ou errado ocidental, do qual seus professores eram detentores do saber (Candado, 2017, p. 79).

Partindo da observação da autora, podemos conectar a desvalorização e o afastamento da cultura indígena no contexto familiar em gerações anteriores, como do meu avô. Atualmente, me faz questionar minha identidade como pessoa indígena, levantando o questionamento sobre o pensamento colonial ter sido tão bem aplicado, que reforça um pensamento de não pertencimento aos que foram obrigatoriamente afastados de sua cultura.

Dito isso, quantas outras mulheres se questionam sobre sua própria etnia? O processo de exclusão social deixado pelo colonialismo reforça a invisibilidade de mulheres indígenas

Guarani e kaiowá, disso surge a importância de obras como o documentário “*Kunã Porã: Matriarcas Kaiowá e Guarani*” (2012), a fim de reforçar as resistências atuais.

Através dessas motivações e indagações podemos levantar o principal objetivo do texto presente, analisar a obra audiovisual de Fabiana Fernandes e Daniela Jorge João como uma forma de visibilizar a luta territorial de mulheres indígenas e a imprescindível presença para o modo de vida social dentro de suas comunidades e aldeias de Mato Grosso do Sul, refletindo a importância do *tekoha* para a cosmovisão de ser Guarani e de ser Kaiowá, destacando pontos como a espiritualidade e os ensinamentos geracionais que firmam a identidade de ser indígena.

A partir disso, a pesquisa busca uma perspectiva metodológica com enfoque na análise documental e audiovisual a fim de fundamentar uma contextualização analítica histórica, interpretando os saberes e as práticas culturais, questionando os estigmas que muitas vezes os colocam como preguiçosos, inferiores, não civilizados e homogêneos ao não identificar a pluralidade étnica nesses grupos, esses preconceitos que acercam a organização social Guarani e Kaiowá deve ser rompido, permitindo compreender o papel das mulheres e a transmissão de saberes nos processos de resistência.

2. Capítulo 1: História Indígena: cultura e identidade

Para entender como se deu início ao processo de exclusão e apagamento da cultura indígena, é necessário refletir aos primeiros contatos do colonizador com os povos indígenas. De acordo com Santos (2024, p.16) o contato inicial durante o período colonial foi marcado por violências institucionalizadas que negavam a humanidade, a cultura e os direitos territoriais, desorganizando o modo tradicional da vida dos já existentes naquele espaço quando seus territórios passaram a ser invadidos.

Podemos concretizar as violências institucionalizadas ao conectar essa narrativa com a de Candado (2017, p.89), quando a autora expõe políticas indigenistas do século XVI que alicerçam a ideia “civilizatória” propagadas pelo estado que agia junto da igreja católica com as missões jesuíticas. Para exemplificar a autora utiliza a Lei de 10 de setembro de 1611 promulgada pela coroa espanhola, que permitia a escravização de indígenas que não aceitassem a catequização.

Partindo dessas informações é possível observar um apagamento institucionalizado, com um projeto colonial que buscava o ocultamento da cultura indígena, um tipo de violência

estratégica e manipuladora, que influencia o questionamento da própria cultura e costume. Dessa forma, observamos os indígenas brasileiros como um grupo étnico marginalizado, oprimido, explorado e subordinado por um grupo dominante, o homem branco, capitalista, patriarcal e cristão. Esse projeto de colonização de modelo dominante racial e étnico foi a base da estruturação política, econômica e social brasileira.

Nota-se que estão implícitas as relações de poder na construção da alteridade indígena. Não se questiona se as submissões de certos grupos foram intensamente violentas, ou se houve casos em que a aproximação aos poderes coloniais foram formas de resistência e negociação aos processos de violências aos quais eram submetidas as etnias que não se enquadravam ao poder colonial (Candado, 2017, p. 89).

É a partir desses conceitos colonizadores que se cria uma visão discriminatória sobre as sociedades indígenas. Partindo de uma perspectiva parecida, segundo Mariano e Cezarinho (2018, p.76) as representações criadas e propagadas durante o período colonial foram responsáveis pelo estigma com os povos indígenas, os colocando como degenerados e defendendo uma intervenção nos costumes e valores dos povos originários.

Ainda sobre o processo de colonização, mas agora com enfoque na região estudada no presente texto é possível observar um lento processo para a consolidação da presença de europeus nessa região.

O primeiro europeu a cruzar essas terras foi, provavelmente, Aleixo Garcia, nos anos 1530, rumo ao oeste e às riquezas dos incas. Seguindo suas pegadas, os espanhóis de Assunção do Paraguai fundaram, no século XVI, o efêmero e precário estabelecimento de Porto dos Reis, no Pantanal. Mas a presença europeia se afirmou somente na segunda metade do século XVII com o sertanista Manuel de Campos Bicudo. Pouco depois, em 1722, com o descobrimento das minas de ouro de Cuiabá, a colonização tem forte impulso e não para mais (Chamorro; Combés, 2018, p.399)

Dessa forma, a autora ainda discorre sobre as primeiras informações sobre os povos que existiam ali vieram através dos “conquistadores”, de Buenos Aires na primeira metade do século XVI, que ao chegarem ao Rio Paraguai em busca de riquezas observaram diversos povos indígenas de diferentes etnias que conviviam e se conectavam. É de extrema importância analisar essa diversidade como algo plural no que diz sentido a diferentes culturas, mas ao mesmo tempo uma coexistência entre as etnias com uma sociedade já formada.

Diante desse contexto é imprescindível pensar o ser indígena nesse período, com seus modos de vida sociais, políticos, a existência de guerras entre as etnias, de comércio e casamentos interétnicos que uniam povos. Um funcionamento que estava prestes a ser oprimido e considerado bárbaro com a chegada dos colonizadores, principalmente com as missões jesuíticas.

Para pensar a historiografia Guarani e Kaiowá, devemos compreender o modo de vida tradicional antes da chegada dos não indígenas no Mato Grosso do Sul e a relação desses povos com seus territórios. De acordo com Bruxel (1987, *apud* SANTOS, 2024, p. 27) os guaranis além da caça e da pesca, tinham intensas práticas agrícolas com grandes plantações de milho, amendoim, algodão, mandioca e batata doce, já havendo disputas territoriais.

A autora partilhando da afirmação de Bruxel, traz essas reflexões como uma forma de pensar a territorialidade dessas etnias no sentido geográfico desde antes do período colonial, visto que a constante migração e busca por um solo fértil resultava algumas vezes em conflitos com outras etnias e auxiliava na formação identitária desses povos.

Levantar a relação entre os homens e as mulheres das aldeias nesse período se faz como base para a compreensão dos questionamentos do texto presente, nesse contexto, Santos (2024, p. 28) informa que os homens estavam mais envolvidos com as atividades de caça, pesca e a construção de moradias, enquanto as mulheres eram responsáveis pelo plantio e pelas atividades agrícolas na maioria das vezes, embora haviam flexibilizações entre as atividades.

Partindo desse ponto de vista a autora cita que as mulheres trabalhavam diretamente com a terra e obtinham conhecimentos sobre ela, ou seja, podemos observar a formação da construção identitária do ser indígena feminino com a *tekoha* desde antes desse contato do homem espanhol, branco e colonizador.

Durante o processo de colonização em terras já habitadas, os indígenas Guarani e Kaiowá ficaram conhecidos como os índios que não queriam ser catequizados, vale lembrar a agressividade desse processo, podemos exemplificar com a afirmação de Santos (2024, p.25) “Até o momento, há conhecimento da existência de 305 etnias indígenas presentes no território brasileiro, esse número era bem maior antes do contato com os europeus, responsáveis por ações genocidas que exterminaram muitas sociedades indígenas.”, seguindo essa lógica, a existência

do indígena Guarani Kaiowá é uma forma de resistência contra um modelo colonial dominante que participa de todas as estruturas sociais no Brasil atual.

É correto afirmar que essas relações anteriores ao homem não indígena eram extremamente complexas em um contexto de subjetividade de cada etnia, dessa forma, Santos (2024, p. 25) destaca que as relações entre os povos indígenas seguiam uma lógica própria sem uma definição de fronteira no sentido do econômico, como busca a forma ocidental e capitalista.

Ainda sobre a questão de subjetividade, é de extrema importância o entendimento dos grupos étnicos Guarani e Kaiowá como distintos com suas particularidades, segundo Chamorro, (2018, *apud* SANTOS, 2024, p. 26), existem diferenciações entre esses dois grupos, mas é impossível não considerar as semelhanças sociopolíticas dessas etnias e como elas se relacionaram e se entrelaçaram à medida que foram se formando. A autora utiliza da premissa de Chamorro e Bruxel para enfatizar a organização e existência indígena Guarani e Kaiowá principalmente na região do Mato Grosso do Sul reforçando a crítica à homogeneização cultural dessas duas etnias.

Quando se trata da mulher Indígena, a autora levanta críticas de uma historiografia com grande esquecimento desse grupo social, vale expor os poucos materiais encontrados com essa temática para a produção do texto presente, salientando o apagamento histórico proposital deixada por uma política patriarcal colonizadora, observando ideais que afirmam essa crítica no seguinte trecho:

Muitas das fontes históricas dos séculos XVI e XVII, predominantemente escritas por homens que faziam parte de expedições missionárias, não expõem claramente informações acerca das relações políticas e econômicas estabelecidas entre as Guarani e Kaiowa e as mulheres de etnias indígenas diferentes. Isso se explica pela pouca ou nenhuma preocupação com as atividades praticadas pelas mulheres, além do preparo dos alimentos, cuidado com os filhos e produção de artesanatos e cerâmicas (Santos, 2024, p.31).

Diante das afirmações ao discorrer do texto é possível observar uma constante movimentação territorial quando se trata de indígenas da etnia Guarani e Kaiowá desde a formação inicial desse grupo étnico, visto isso, conectando com as informações já discutidas anteriormente, observamos o papel do território, da terra, ou da *tekoha* como um elemento fundamental de existência e principalmente de identidade.

As migrações feitas conforme a necessidade das comunidades nos faz entender que o território para essas pessoas não são parte do que elas possuem no sentido material e capitalista,

a tekoha vai além do palpável, se torna uma característica Kaiowá e Guarani ontológica. Nesse sentido se mostra a grande necessidade de ao analisar a História Indígena, desvincular as visões ocidentais e capitalistas sobre a terra como um meio de produção econômico.

Ampliando o entendimento do significado da *tekoha*, Santos (2024, p.34) fundamentada na premissa de Melià (1990), informa que esse elemento se torna um espaço territorial que conta a história de um povo habitado nele, no sentido religioso ambos partilham as informações de que para essa etnia, os humanos tem uma relação coexistente com a terra, onde um complementa o outro. Para eles *Namandú* (o Primeiro Pai) fez a terra, fez a si mesmo e criou outras entidades que defendem a natureza, dessa forma, na mitologia quando a natureza é desrespeitada por algum humano a terra responde com desastres naturais, logo, a relação entre o meio ambiente e os indígenas Kaiowá e Guarani é de amorosidade.

Considerando o que foi exposto sobre a existência dessas etnias anterior a chegada do não indígena e compreendendo a relação deles com a *tekoha*, foi possível observar que a chegada do homem não indígena ao então sul de Mato Grosso já era esperada de acordo com o seguinte trecho coletado através de entrevistas com indígenas da etnia Kaiowá:

O Brasil foi encontrado por Pedro Alvarez Cabral; a sua chegada, prevista e divulgada por um xamã, era aguardada por muitos índios armados com arcos e flechas. Cabral aproximou-se deles e, cordialmente, acenou com o chapéu. Então atirou para cima com a espingarda, dizendo: “Eu sou um homem de deus!”. Fazendo acreditar que era água, colocou fogo na gasolina despejada em uma bacia e gritou repetidamente: “Nós somos deuses!”. Os índios acreditaram no embuste. Cabral e os portugueses passaram a ameaçá-los para obter ouro e outras riquezas, as quais aqueles entregavam porque não lhes pertenciam. Eles estavam aqui apenas para “usar a terra” (Ferreira; Carmo, 2018, P. 343).

Nesse sentido, os autores informam que no contato inicial, os Guaranis se interessaram pelo sal, pelas roupas e pela banha trazida junto ao homem espanhol, enquanto para os Kaiowá, o trabalho não era uma necessidade, além da revolta com a destruição da terra causada pelo homem não indígena naquele momento.

Ferreira e Carmo (2018, p. 344) informam que com a cessão de sesmarias aplicada no início do século XVI pelo Coroa Portuguesa iniciou também a luta Indígena Guarani e Kaiowá pelas suas terras já habitadas. Para o homem não indígena, baseados no interesse de produção de capital, toda terra que não fosse voltada para o cultivo poderia ser tomada por um sesmeiro para que a tornasse “produtiva”. Esse regime agressivo que invalidava toda a existência dos

povos que já habitavam naquele território foi suspenso apenas em 1822 na independência do Brasil, mantendo e estruturando durante todos esses anos a exploração da mão de obra indígena e a invasão de terras na então região sul de Mato Grosso.

Seguindo no sentido de temporalidade, temos esse processo de colonização com a intensa tentativa de apagamento dos povos Guarani e Kaiowá na região, tentativa essa que mesmo com a suspensão da sesmaria continuou. Em seguida, temos diversos eventos que influenciaram diretamente o funcionamento dessa região, como as missões católicas, a Guerra do Paraguai, o crescimento do comércio erva-teiro com a Companhia Mate Laranjeiras e as Demarcações das Reservas Indígenas apenas no início do século XX. Durante as pesquisas para o presente trabalho, foi notado a carência da exposição do lugar social das mulheres indígenas nesses eventos com as documentações e fontes daquele período, destacando a presença desses grupos de forma única e acadêmica apenas após o século XX.

Traçando os acontecimentos do século XIX até o presente momento no estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com Mota (2018), em 1845 foi implementado o Serviço das Missões de Catequese e Civilização dos Índios, o autor aponta esse decreto como uma forma de legitimar as práticas já existentes em relação aos indígenas com ideias de catequese e “civilização”, dessa forma, o autor aponta o crescimento de um debate acerca desses povos sobre como o governo iria lidar com eles.

É de extrema importância atenuar que enquanto existiam esses debates sobre o que fazer com povos de distintas etnias e como implementa-los no estilo de vida do homem não indígena, em nenhum momento é citado o questionamento para algum indivíduo indígena sobre a vontade ou não de se moldar as propostas governamentais que eram impostas naquele momento. Vale ressaltar que essas propostas faziam parte de um projeto colonial que auxiliavam na legitimação da invasão de territórios indígenas com o discurso de conversão religiosa.

De acordo com o que foi discorrido anteriormente fica evidente que o processo de políticas indigenistas discorridos ao longo do século XIX nunca foi pensada no ser indígena e esses processos foram responsáveis por firmar e normalizar práticas que invalidam a cultura e a existência de diferentes povos, inclusive os de etnia Guarani e Kaiowá. Podemos observar a negligencia governamental e a falta de vontade no seguinte trecho:

Os distintos grupos indígenas também refletiam sobre como lidar com os “Brancos” que invadiam seus territórios e os pressionavam a tornarem-se

“Brasileiros”. Eles também pensaram suas políticas, suas formas de lidar com o Império, com os conquistadores,⁷⁵⁶ com as populações não indígenas que deles se avizinhavam, e elaboraram estratégias apuradas no trato com o Serviço de Catequese e Civilização. Buscaram utilizar e aproveitar os recursos ali investidos, ao mesmo tempo em que rejeitavam o enquadramento no modo de vida da sociedade imperial pregado pelos padres capuchinhos, principais agentes da catequese e civilização (Mota, 2018, p. 747).

A partir dessas colocações temos um alicerce para a compreensão das movimentações indígenas Guarani e kaiowá durante o século XIX diante de um projeto governamental que buscava e legitimava as invasões do homem não indígena. O intuito sempre foi a utilização das terras indígenas para o viés econômico para o exterior, é importante reforçar que nesse período a implementação capitalista no Brasil era sofisticada, com ideais iluministas crescente no mundo todo, era necessária uma ideia de (falsa) liberdade.

Dessa forma, precisavam do discurso civilizatório para legitimar as invasões que ocorriam em terras indígenas, como se estivessem salvando de um inimigo, que aliás, os não indígenas criaram ou sequer sabiam que existia antes da chegada do homem não indígena. Mota (2018) faz questão de evidenciar e reforçar em vários momentos da sua obra como esses ideais influenciavam nas decisões governamentais sobre os povos indígenas existentes no Brasil, que eram vistos como uma grande problemática.

Durante o período de contato conflitante ou não, fica evidente durante toda a pesquisa no presente trabalho que houveram resistências das diversas etnias existentes na região que atualmente se encontra o Mato Grosso do Sul. É imprescindível destacar a importância da História Oral quando se trata da retratação historiográfica por parte dos povos indígenas oprimidos, considerados por muito tempo não civilizados por não terem uma documentação que afirmam sua cultura e existência no período pré-colonial, dessa forma, vale reafirmar a importância de documentários e produções historiográficas acadêmicas que buscam a voz de pessoas indígenas através de entrevistas, como o documentário “*Kunã Porã: Matriarcas Kaiowá e Guarani*” (2012), principal objeto de pesquisa do presente trabalho e que será ampliado no próximo capítulo.

Ainda sobre a formação das resistências indígenas contemporâneas outro importante acontecimento no então sul de Mato Grosso foi a Guerra do Paraguai (1864-1870), esse conflito passa a impor um novo propósito para os indígenas desse local, de acordo com Chamorro (2015, apud, Santos, 2024) não bastava a catequização desses povos, eles precisavam ser brasileiros e

defender o Brasil, instigando um senso nacionalista com um objetivo claro, a utilização dessas pessoas no conflito armado caso fosse necessário.

Santos (2024, p.45) aponta que ao fim da guerra o governo brasileiro levanta como principal objetivo a demarcação das fronteiras e políticas de povoamento para a região sul de Mato Grosso. Essas políticas se baseavam no interesse capitalista de desenvolvimento nas terras vistas pelos não indígenas como desabitadas, inutilizadas, para os indígenas Guarani e Kaiowá, essas a sua *tekoha*.

Com as “expansões” econômicas da região, houve a criação, extremamente amparada pelas políticas governamentais, da Companhia Matte Laranjeira que tinha como principal produto a erva-mate, muito comercializada na região. Santos (2024, p.45) expõe que com o incentivo visando o crescimento econômico da empresa, a Companhia teve a permissão para uma vasta exploração territorial na região, adentrando muitas vezes em territórios indígenas Kaiowá e Guarani, a autora compactua com a premissa de Brand (1997) para apontar as diferentes estratégias utilizadas conforme as comunidades reagiriam diante da invasão de seus territórios.

A forma como a empresa se consolidou no território sul-mato-grossense nem sempre foi cordial, como comumente é falado, houve resistência em toda a trajetória dos povos Kaiowá e Guarani desde que o homem não indígena passou a adentrar seus territórios e não foi diferente com a chegada da empresa, atenuando que a mão de obra indígena era de grande interesse para a produção ervateira.

Dessa forma, haviam métodos e procedimentos esquematizados conforme a reação dos indígenas que estavam sendo invadidos, mas é de interesse no presente trabalho ressaltar a agressividade velada nos métodos considerados cordiais, a invasão na *tekoha* é a deslegitimização de uma cultura e identidade, uma forma de negar a existência desses corpos em seus territórios, fica exposto a desimportância com os povos Guarani e Kaiowá no seguinte trecho exposto por Santos:

As estratégias de persuasão variavam de acordo com a reação das comunidades. Além de usurpar as terras indígenas, a Companhia também ambicionava a utilização da mão de obra indígena. Assim, quando um coletivo recusava as doações de produtos, como alimentos e roupas, que vinham acompanhados de pedidos cordiais de autorização para explorar os ervais, partia-se para a violência verbal, simbólica e física (Santos, 2024, p.45).

Durante a narrativa, Santos (2024) expõe a relação da companhia com o trabalho indígena feminino, que atuavam diretamente na extração de erva-mate, a autora demonstra através do depoimento do Kaiowá João Aquino que as mulheres que não tinham filhos acompanhavam seus maridos para quebrar e sapecar o produto, utilizando dessa premissa a autora chega à seguinte conclusão: “as mulheres Guarani e Kaiowa tiveram não só os seus territórios, como também a mão de obra explorada pela Companhia Mate Larangeira” (Santos, 2024, p.46).

Dentro desse contexto, a relação trabalhista exploratória indígena com a companhia durou até seu fim, em 1943, conectando as perspectivas de Santos (2024) com as de Chamorro (2014), a movimentação econômica que a empresa trouxe para a região auxiliou na formação de novos núcleos habitacionais, que por sua vez, ocupavam espaços Guarani e Kaiowá com o intuito de formação de fazendas. Dessa forma, ao realizar suas movimentações geográficas tradicionais, os indígenas desses grupos étnicos se aproximavam das terras apropriadas, o que ocasionava conflitos cada vez mais violentos.

Com os constantes ataques aos povos indígenas na região, houve o crescimento do questionamento em relação a um posicionamento estatal sobre essa problemática, foi nesse contexto que foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) com o intuito de assistir os povos indígenas e inseri-los em modelos trabalhistas “civilizatórios”, reforçando o estigma de que o indígena que seguia seus costumes tradicionais, era não civilizado, era selvagem.

Com o constante crescimento demográfico e geográfico na região, foi a partir de 1950, com projetos que visavam o avanço capitalista, surgiram projetos governamentais como a “Marcha Para o Oeste”, criado por Getúlio Vargas, que carregava o discurso de proteção das fronteiras e ocupação de terras “sem donos”, que na realidade faziam parte das *tekohas*, invisibilizando mais uma vez a existência Indígena na região que hoje se encontra o Mato Grosso do Sul, afirmando a partir da seguinte perspectiva:

[...] como resultado desse pernicioso projeto, os povos indígenas tiveram suas terras invadidas, sendo expulsos e direcionados para as reservas indígenas, que naquele momento eram utilizadas como depósitos de pessoas que ali estariam seguras, isto é, que não seriam empecilho para os projetos econômicos do governo federal (Santos, 2024, p.50).

Partindo desse pressuposto, as reservas Indígenas passam a se tornar um espaço de resistência e agrupamento, vale ressaltar que as invasões em terras indígenas no então sul de Mato Grosso não seguia um modus operandi, mas eram sempre violentas, seja fisicamente ou não, geralmente quando esses povos não seguiam o modo de trabalho imposto pelos fazendeiros, eles eram obrigados a sair de sua *tekoha*, nesse contexto muitos indígenas aceitavam essa relação de subserviência (Santos, 2024).

A autora expõe que essas relações de trabalho exploratório buscavam geralmente a mão de obra masculina, o que resultava em um deslocamento de homens indígenas e a reafirmava presença da mulher, consolidando uma relação com o território Guarani e Kaiowá de pertencimento, dessa forma, além da relação já existente religiosa e identitária com a *tekoha*, as mulheres passam a fazer parte da organização de reservas e resistências indígenas. Conectando com a narrativa de Chaparro (2024), identifico aqui o inicio do que o autor chama de corpo-território, conceito já citado anteriormente e que exemplifica a conexão das mulheres indígenas Kaiowá e Guarani com a *tekoha*.

3. Capítulo 2: O documentário “Kunã Porã: Matriarcas Guarani e Kaiowa”

Antes de ampliar a análise sobre o documentário, é necessário reforçar a importância da memória geracional nas comunidades Indígenas Guarani e Kaiowá, geralmente passada através de ensinamentos e da oralidade histórica. Nesse contexto, a exposição e transmissão dessas memórias fazem parte do processo de visibilização para as lutas de mulheres indígenas, onde a voz age diretamente como parte da resistência, visto isso, é importante apontar o excelente trabalho de Fabiana Fernandes e Daniela Jorge João ao expor a presença indígena feminina em seus territórios, enfatizando a relevância da mulher dentro da sua comunidade, dando voz a elas.

A imagem da voz emerge nas profundezas do vivido e foge a qualquer tipo de amarra ou fórmulas conceituais, daí aquilo que se destaca como dimensão material está expressa na existência humana, e suas complexas formulações que ultrapassam todas as suas manifestações particulares (Rêgo, 2015, p.55).

O documentário está centrado na passagem de conhecimentos ancestrais das matriarcas para as indígenas mais novas, focado nas aldeias e comunidades Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul, tem como protagonistas anciãs, parteiras, rezadoras, artesãs, agentes de saúde e professoras, atuando como guardiãs dos conhecimentos dessas etnias.

O título dessa obra se inicia na língua guarani, a palavra *kunã porã*, pode ser analisada nesse contexto como forma de valorização feminina. Kunã significa mulher e porã pode significar aquilo que é belo, bom ou virtuoso, e é justamente o que podemos observar ao longo da obra, protagonistas que transmitem suas virtudes culturais.

Ainda sobre a linguagem, a maioria das cenas são faladas na língua guarani, o que causa uma aproximação com as protagonistas, o que é citado por Rêgo com o que o autor chama de autorrepresentação, que auxilia na observação do sujeito como detentor da própria história: “Tal como um elemento base para a constituição do produto documental, a voz apresenta-se como um elemento de construção de auto representação, na medida em que estaria em consonância, de um modo geral, com o falar guarani” (Rêgo, 2015, p.57).

Figura 1 - Menina indígena em uma casa de madeira, marcando o início do documentário.



Fonte: Frame do documentário *Kunã Porã: Matriarcas Kaiowá e Guarani*. Direção: Fabiana Fernandes; Daniela Jorge João. Brasil: Casa dos Ventos, 2012.

A obra tem como elemento a constante trilha sonora de canções em Guarani, logo no primeiro corte temos a presença de uma menina na porta de uma casa de madeira, na sequência filmica temos o corte para danças, na qual foi gravada a primeira canção e trilha sonora de fundo em diversos momentos. Após o corte temos a primeira fala da obra, da *Nhandesy* (mãe

de todos, também uma figura de importância no modo de vida das comunidades) de etnia Kaiowá, Alda da Silva, liderança religiosa da *tekoha* Jaguapiru em Dourados, no Mato Grosso do Sul.

Ela inicia sua fala em português apontando a importância da voz feminina indígena e fala sobre o conceito da palavra *Nhandesy*, apontando que as mulheres são mãe de todos e após isso, amplia que a luta indígena é a reivindicação pela mãe espiritual dessa etnia, a terra, Alda ainda expõe que a terra é quem doa tudo a eles, desde o alimento vindo da plantação até a educação, o que auxilia na compreensão da territorialidade para ela. A *Nhandesy* ainda aponta a importância das mulheres no papel de alimentação das crianças da comunidade e informa que mesmo quando estão grávidas elas precisam caminhar no sol em busca do alimento.

Figura 2 – Alda da Silva em sua tekoha.



Fonte: Frame do documentário Kunã Porã: Matriarcas Kaiowá e Guarani. Direção: Fabiana Fernandes; Daniela Jorge João. Brasil: Casa dos Ventos, 2012.

A segunda fala feminina, vem da indígena Guarani Kaiowá Floriza de Souza, residente na mesma tekoha de Alda, também *Nhandesy*, ao lado de suas netas e em guarani ela descreve a produção de colares religiosos e outros artefatos, como flechas, saias e cocares que aprendeu com sua avó, expondo que agora é ela quem passa esses ensinamentos para os mais novos da

comunidade, inclusive as netas, que ainda crianças, já compreendem a importância desses saberes. A fala de Floriza faz refletir sobre a importância da ancestralidade dentro das tekohas.

Floriza também fala sobre a mudança de estação que está prestes a ocorrer e compara a chegada da primavera com o corpo das mulheres indígenas, conectando a renovação das folhas com o ciclo de vida feminino, que nasce, cresce e reproduz. Essa fala faz recordar os conceitos de Chaparro (2024) ao expor o conceito de corpo-território.

Após um corte, a fala é passada para a Nhandesy Cleise Rosazi, parteira da Aldeia de Limão Verde, em Amambai, no Mato Grosso do Sul, ela demonstra o canto e reza durante os partos das mulheres indígenas, no documentário, as cenas são cortadas para as mulheres grávidas da comunidade com o canto de fundo servindo como trilha sonora, padrão identificado também na primeira cena, o que amplia a conexão do telespectador com as presenças na tela.

A paisagem cênica volta para Floriza, que agora em português fala sobre o nascimento da criança nas comunidades e os ritos que cercam esse acontecimento. Ela destaca a importância do banho no recém nascido e revela que após o parto a placenta é plantada no esteio, esse rito serviria para revelar se aquela criança nasceu para ser Nhandesy ou Nhanderu'i (divindade protetora masculina).

Floriza levanta a importância da realização do parto na aldeia justamente para a realização desse ritual, já que no hospital a placenta, a partir de um tradicionalismo colonial é jogada fora, o que também configura uma violência. A fala dela precede a próxima cena, que é de uma cerimônia religiosa com um bebê.

A próxima paisagem filmica volta para Alda, que expõe a transição da menina no período de puberdade, ela fala que após o inicio do crescimento mamário a moça (termo utilizado por Alda para se referir as meninas no processo de puberdade), não deve mais comer carne vermelha ou frango, a partir desse momento ela só pode se alimentar de peixe, abóbora e canjica de milho. Durante a narração da *Nhandesy*, são expostas cenas com o preparo do alimento e a alimentação dessas meninas, demonstrando a importância da vida ritual para a formação das mulheres Kaiowá e Guarani.

Figura 3 – Matriarca ensinando a fazer a alimentação.



Fonte: Frame do documentário Kunã Porã: Matriarcas Kaiowá e Guarani. Direção: Fabiana Fernandes; Daniela Jorge João. Brasil: Casa dos Ventos, 2012.

A próxima entrevistada é Helena Borvão, *Nhandesy* Guarani, também da Aldeia de Limão Verde. Misturando palavras em português e guarani, ela fala sobre os ensinamentos e a condutas de uma *Nhandesy*, dizendo que o saber delas estão atrelados com o modo de vida da comunidade e que o *Tekojara* (líder da comunidade que transmite saberes religiosos e morais) sabe de tudo daquela localidade.

Passando o foco para a religiosidade, temos a presença de Neuza Concianza e Adelina Ramona, ambas *Nhandesy* Kaiowá da Tekoha Guyra Kamby'i, de Douradina em Mato Grosso do Sul, elas falam através de cantos em guarani sobre a aproximação com Yvagã Pytere (O mundo espiritual superior) e a conexão com Nhandejara (deus supremo, criador de tudo). Elas falam também sobre a constante comparação dos Kaiowás com os Guaranis, rebateando com a frase “a gente não é metade Guarani, somos puros Kaiowá mesmo”, o que levanta a perspectiva já citada anteriormente sobre a importância da compreensão dessas etnias de acordo com a singularidade de cada uma.

Após uma cena de um rito Kaiowá, se inicia a fala de Oldiça Aquino, também *Nhandesy* Kaiowá da Tekoha Guyra Kamby'i, ela fala sobre o Jerosy (canto tradicional Kaiowá) ela diz

que aprendeu a cantar com seu pai, evidenciando que o quanto importante os cantos religiosos são para a ancestralidade indígena, a Nhandesy deixa isso evidente com a frase “agora estamos vivos ainda e gostamos do Jerosy e não da música do branco”, seguindo de cenas com rituais que utilizam o Jerosy.

Dionara, uma liderança da Retomada Aty (reunião) Jovem, da Tekoha Guayvyry, em Aral Moreira, no Mato Grosso do sul, aparece no documentário para apontar a luta dos jovens indígenas, falando em português ela expõe a necessidade de jovens nas lutas de retomada de terras, dizendo que essa é a coisa mais sagrada para os indígenas.

A próxima cena, tem como protagonista Daniela Jorge João, indígena Yvyraijá (protetor da natureza e mediador entre o divino e o humano), de etnia Kaiowá, ela pertence a Tekoha Guyra Kamby’i, e é uma das produtoras do documentário. Nas cenas e na fala de Daniela podemos observar o ensinamento de uma das anciãs para o preparo de um alimento tradicional, a chipa (comida típica de Mato Grosso do Sul). Ela também informa que estão em acampamentos de retomada de terras, evidenciando a luta territorial nessa tekoha.

Logo na sequência, é retratada a produção da chipa com os conhecimentos de Neuza, Nhandesy Kaiowá da mesma tekoha de Daniela, onde ela explica a origem do alimento através de suas crenças, de que Nhanderu se alimentava da chipa. Atualmente no Mato Grosso do Sul, a chipa é uma comida típica e extremamente famosa em todas as regiões do estado, porém com uma receita diferente da que foi mostrada por Neuza no documentário, a chipa que geralmente é vendida nas padarias sul mato-grossenses levam polvilho, óleo, sal, ovos e queijo, contrário da chipa tradicional indígena que é cozida e feita com milho, no final da cena narrada por Neuza ela afirma que a chipa era cultural e que não seguiria a cultura dos brancos, o que pode ser entendido que não mudaria a receita original desse alimento.

Na continuidade da Narrativa, Lucini Barbosa, liderança Kaiowá da Tekoha Laranjeira Nhanderu, em Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul, com sua filha no colo, fala sobre a luta territorial que essa tekoha está passando, dizendo que futuramente sua filha também vai entender e participar da luta, podemos identificar através da fala de Lucini “mais tarde ela vai reconhecer o que é a situação Guarani e Kaiowá e quando crescer também ela pode levar ajuda pra outra etnia também”. O que evidencia e assemelha a luta e a união entre as etnias quando se trata da luta territorial, é importante observar que Lucini já considera sua filha uma liderança a partir de um olhar matriarcal a colocando como uma futura Nhandesy.

Na próxima cena temos a presença de Jaqueline Gonçalves, liderança Kaiowá de Jaguapiru, também em Dourados, que expõe as dificuldades atuais da mulher indígena, por ser mulher, por ser de baixa renda e por ser indígena em diversos lugares da sociedade, como em escolas, universidades e retomadas. Ela fala sobre a força inegável da mulher indígena e como a luta existe pensando nos seus descendentes.

Após a fala de Jaqueline, é documentado o despejo da Tekoha Apikay'i, em junho de 2016, também em Dourados, a cena inicia em uma BR, onde mulheres e crianças se encontram desabrigadas. Após um corte, Damiana Cavanha, uma Cacique Kaiowá dessa tekoha informa em português e um forte sotaque que “eles” (fazendeiros) passaram o trator em toda a sua terra, destruindo sua horta, fonte de alimento para aquela comunidade, além disso soltaram seus animais e destruíram as moradias, conformada ela finaliza sua fala dizendo que ficaria por ali mesmo, visto que precisa voltar para a sua tekoha, sendo essa a única coisa que importa para Damiana.

O corte cênico passa para uma movimentação indígena de resistência e descontentamento com a violência que acabavam de passar, evidenciando isso com cartazes a beira da BR próxima a tekoha. Chama a atenção a grande quantidade de crianças despejadas e o cartaz com a frase “Despejo também é genocídio”. O que nos faz pensar em como essa violência é negligenciada.

A próxima entrevistada é Janete Ferreira, liderança Kaiowá da Tekoha Kurusu Amba, em Amambai, enquanto ela fala sobre o ser mulher, diversas cenas de protestos indígenas são evidenciados ao longo da narrativa, com cartazes fazem organizam aglomerados em locais estratégicos como o MPF (Ministério Publico Federal) de Dourados, além do bloqueio na Rodovia MS-156, com a Retomada Aty Jovem, onde de mãos dadas, diversas mulheres indígenas reproduzem o Jeroky (canto-dança ancestral) como forma de resistência. Ao fundo da exposição audiovisual dessa manifestação existe a narrativa da força da mulher, colocando a mulher indígena como uma guerreira, que precisa lutar diariamente pela sua existência.

Figura 4 – Movimentação de retomada organizada por mulheres Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul.



Fonte: Frame do documentário Kunã Porã: Matriarcas Kaiowá e Guarani. Direção: Fabiana Fernandes; Daniela Jorge João. Brasil: Casa dos Ventos, 2012.

Após a exposição dessa manifestação em Mato Grosso do Sul, a narrativa tem um corte que evidencia o Acampamento Terra Livre, movimento que aconteceu em Abril de 2017, em Brasília no Distrito Federal, que acontecia pacificamente, onde indígenas de diversas etnias exigiam seus direitos, Policiais começaram a jogar bombas de dispersão como gás lacrimogênio e gás de pimenta, presente na manifestação estava a entrevistada Helena Borvão, Nhandesy Guarani da Aldeia Limão Verde, onde em guarani e reproduzindo seus cantos, ela expõe que defende sua forma de viver, que reza pela sua cultura e sua terra, e por isso, o branco quer matar o povo dela.

Decorrente às cenas da manifestação, temos a presença de Adelaide Lopes, Nhandesy Kaiowá da Aldeia Limão Verde, ela fala que já está velha e agora as moças precisam comparecer na luta, ela ainda expõe a felicidade de identificar que as mulheres indígenas Guarani e Kaiowá estão juntas e juntas são fortes, ela finaliza pedindo para que Deus abençoe as mais novas para levar a luta com força. Após a fala de Adelaide, é exposita cenas da Jeroky da Aldeia.

O próximo corte, já apontando para a finalização da obra audiovisual mostra a matriarca realizando o Ñembo'e (reza em forma de canto), o nome dela não é exposto no documentário. Com idade bastante avançada, sem conseguir abrir os olhos, ela canta fortemente sua reza, que prossegue com a finalização do documentário, exibindo o nome da obra com fundo preto em letras amarelas e seguindo de uma imagem com fundo preto e letras brancas com a seguinte frase “Enquanto houver o som do Mbaraka e do Takuapu Haverá Luta”, após isso o som dos instrumentos e cantos tomam conta da experiência visual enquanto os créditos passam ao fundo.

Figura 5 – Matriarca indígena realizando o Ñembo'e.



Fonte: Frame do documentário Kunã Porã: Matriarcas Kaiowá e Guarani. Direção: Fabiana Fernandes; Daniela Jorge João. Brasil: Casa dos Ventos, 2012.

Essa produção filmica se mostra extremamente sensível ao promover a visibilidade para as diversas narrativas de mulheres indígenas Guarani e Kaiowá. Ao longo da filmagem é possível observar o quanto confortável elas estavam ao expor suas crenças e culturas, isso reforça a importância da presença de mulheres indígenas em produções cinematográficas, visto que a presença e as vozes indígenas acolhem essas mulheres que se encontram em uma situação tão vulnerável.

Referente aos meios técnicos, deixo o elogio para todos que participaram. Com um roteiro e edição que mostra a importância feminina do nascimento até a idade mais avançada

de forma quase que cronológica, faz com que o telespectador se sensibilize e observe essas presenças de forma empática, compreendendo a importância da terra e da religião, e ao mesmo tempo, sentindo o sofrimento e a luta da mulher indígena.

Devemos enfatizar a importância da visibilidade dessas narrativas muitas vezes desconhecidas ou simplesmente ignoradas, de acordo com Santos (2024) a presença da mulher indígena em trabalhos científicos é quase nula, o que evidencia uma sociedade excludente causada por uma construção ocidental enraizada nas estruturas sociais brasileiras desde o período colonial. Além disso, a luta é duplicada quando se trata de uma mulher indígena, visto que os ideais patriarcais também colocam a mulher como inferior, onde um homem é sempre dono de seus corpos. Essa premissa fica evidente no seguinte trecho:

Do mesmo jeito que foram projetados novos padrões culturais para os povos indígenas, também foi idealizado um modelo patriarcal em que os corpos seriam disciplinados de acordo com seu sexo biológico. Esses fatores, ao lado de outros elementos opressores, se imbricam e se influenciam reciprocamente, sendo preponderantes no que se refere à argumentação aqui assumida, para a construção de uma história que invisibiliza o protagonismo das mulheres Guarani e Kaiowa (Santos, 2024, p.124).

Dito isso, se mostra a necessidade de observar essa resistência com uma demanda de gênero e étnica, portanto, um estigma duplo, que aumenta a força da invisibilidade e da subalternação dessas mulheres em uma sociedade que ainda ignora a existência indígena e a constante luta pela demarcação territorial justa. Essa obra audiovisual serve como uma denúncia a todas as violências sofridas por mulheres Guarani e Kaiowá apenas por existir e resistir.

4. Considerações parciais

O presente trabalho possibilita compreender as vivencias e singularidades das mulheres indígenas de Etnia Guarani e Kaiowá, além de evidenciar a importância de produções que deem voz para essa população. Dentro desse contexto, produções audiovisuais como Kunã Porã: Matriarcas Kaiowa e Guarani se mostram extremamente necessárias para ampliar a visibilidade acerca desse grupo que por tanto tempo vive em uma situação subalterna.

A trajetória desses grupos étnicos tem características densas e singulares, com uma violência interrupta desde a era colonial, evidenciando uma maioria na sociedade que normaliza toda agressão sofrida por trás de uma narrativa capitalista e patriarcal. Ao relacionar o corpo

indígena feminino ao conceito de corpo território (Chaparro, 2024), fica evidente a importância de uma dimensão imaterial da tekoha na existência para mulheres indígenas.

Ao pensar na resistência territorial, conforme já citado anteriormente e conectando com a premissa de Santos (2024, p. 239) “Cabe destacar que o cuidado e a defesa do tekoha já existia muito antes do contexto histórico abordado”. Podemos identificar que a autora fala sobre os movimentos de luta pelo tekoha no início das ocupações ruralistas, denunciando a constante luta que dura até a contemporaneidade.

No inicio do texto, exponho que a motivação pela qual me interessou a seguinte temática foi o feminicídio de minha bisavó, Theodora Martínez, que hoje é lembrada no Paraguay de forma pejorativa, sendo associada ao termo “bruxa”. Por muito tempo, devido ao esquecimento das práticas e da cultura passada por ela, acreditei nesse termo. Hoje em dia, após os conhecimentos que a graduação e a produção do presente texto me trouxeram, identifico que ela era uma mulher indígena com grande relevância na sua comunidade, que carregava saberes religiosos, cultura e identidade.

Discutir sobre a colonialidade que causa a violência acerca de mulheres indígenas no campo acadêmico atrai uma comunidade específica e normalmente já interessada nessa temática, portanto, uma obra audiovisual consegue ampliar o alcance para um maior número de pessoas, para além do campo acadêmico. Produzir obras sobre a luta indígena de mulheres Guarani e Kaiowá, também se configura como uma forma de resistência, a visibilidade caminha junto com a possibilidade para a denúncia de práticas violentas.

Por fim, compreender os desafios das mulheres indígenas, faz entender o que elas chamam de mulher guerreira e guardiã, que nunca desistiram de seus territórios, que cuidam e protegem suas crianças, e que estão presentes em papéis de liderança dentro de suas comunidades. Entender que essa é uma luta coletiva e que ainda vai percorrer diversos caminhos violentos e tentativas de apagamento, faz parte da compreensão da história e da ancestralidade da mulher Guarani e Kaiowá, que mesmo diante de tantas dificuldades se adaptam e ressignificam sua realidade, ocupando cada vez mais espaços de visibilidade e protagonismo.

Referências:

BRASIL. **Lei de 10 de setembro de 1611.** Declara livres os gentios do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 4 out. 2025.

CANDADO, Rejane Aparecida Rodrigues. *A Escola Municipal Indígena Tekoha Guarani – Japorã/MS/Brasil: diálogos e interpelações culturais com três escolas municipais indígenas Oaxaqueñas – Oax./México*. 2018. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2018.

CHAMORRO, Cândida Graciela; COMBÈS, Isabelle. *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

COLMAN, Rosa Sebastiana; PEREIRA, Levi Marques. Os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul e suas incansáveis lutas pelos Tekoha frente às transformações territoriais, ambientais e formas de mobilidade. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 14, n. 3, p. 57-76, 2020.

FERREIRA, Eva Maria Luiz; CARMO, Gustavo Costa do. A mão de obra Kaiowá e Guarani na colonização no antigo sul de Mato Grosso. *Revista História em Reflexão*, Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), v. 6, n. 12, jul./dez. 2012.

KUÑA PORÃ – MATRIARCAS GUARANI E KAIOWÁ. Direção: Fabiana Fernandes; Daniela Jorge João. Produção: Vídeo nas Aldeias. [S. l.]: Vídeo nas Aldeias, 2012. 1 vídeo (23 min), son., color. Disponível em: <https://assista.itauculturalplay.com.br/ItemDetail/689a29a1d46d974f8527a802/6893dfa0737daea06602af67>. Acesso em: 02 set. 2025.

LOPES, Roberto Chaparro. Corpos-territórios das mulheres Guarani e Kaiowá: violência e colonialidade. *Revista Geo UECE*, v. 13, n. 25, 2024.

MARIANO, Michele Carlesso; CEZARINHO, Franz Arnaldo. Da colonização à contemporaneidade: discutindo a violência contra povos indígenas no Brasil. In: SOUZA, L. A. F.; CORRÊA, L. M. M. *Dilemas da sociedade brasileira contemporânea: as novas configurações da economia da violência e dos espaços comunicacionais*. Marília: Oficina Universitária, 2018. p. 71-88.

MOTA, Juliana Grasieli Bueno. *Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha-Dourados/MS*. SciELO – Editora UNESP, 2018.

MOTA, Lúcio Tadeu. A política indigenista imperial na província de Mato Grosso até o início da década de 1850. In: CHAMORRO, Cândida Graciela; COMBÈS, Isabelle (orgs.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados: UFGD, 2018.

RÊGO, Francisco Gabriel. Documentário indígena: voz, autorrepresentação e outros tensionamentos. *Seminário Interlinhas*, v. 3, n. 2, p. 55-64, 2015.

SANTOS, Junia Fior et al. Mulheres Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul: atuações políticas que compõem a trajetória de luta pelo território (1970–2022). 2024.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. A política indigenista em Mato Grosso (1845–1889). In: CHAMORRO, Cândida Graciela; COMBÈS, Isabelle (orgs.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados: Editora UFGD, 2018.